



MUNICÍPIO DE BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 01. MAR 2018
O Director de Departamento,
(Sr. Manuel A. S. Barreira)

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO APOIO LOGÍSTICA ESPECIAL (VALE)

CADERNO DE ENCARGOS

Documento composto por 15 Páginas, numeradas de 1 a 15.

Câmara Municipal de Boticas, 27 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara

(Fernando Queiroga)



ÍNDICE

1ª.	Objeto	3
2ª.	Contrato	3
3ª.	Prazo do contrato	3
4ª.	Obrigações principais do fornecedor	3
5ª.	Preço contratual	4
6ª.	Condições de pagamento	4
7ª.	Penalidades contratuais	4
8ª.	Dever de sigilo	5
9ª.	Força maior	6
10ª.	Receção provisória	7
11ª.	Receção definitiva	7
12ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante	7
13ª.	Resolução por parte do fornecedor	7
14ª.	Foro competente	7
15ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual	8
16ª.	Comunicações e notificações	8
17ª.	Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais	8
18ª.	Local e condições de entrega dos bens	8
19ª.	Garantia Técnica	9
20ª.	Acompanhamento da montagem	10
21ª.	Acompanhamento da montagem	10
22ª.	Contagem de prazos	10
23ª.	Legislação aplicável	10
	Anexo I	11
	Especificações Técnicas	11

Cláusulas

1ª. Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de um veículo apoio logística especial (VALE) para o Município de Boticas, nos termos das cláusulas técnicas constantes no Anexo I e do presente Caderno de Encargos.

2ª. Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo Órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

O contrato deverá ser integralmente executado no prazo máximo de **120 dias**, a contar da data de celebração do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4ª. Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 17ª;

- b. Obrigação de entrega da viatura equipada com todos os acessórios que a lei determina e pronta a circular devidamente homologada e legalizada em nome do Município de Boticas.
 - c. Obrigação de prestação de serviços de formação, nos termos definidos na cláusula 20.ª;
 - d. Obrigação de garantia dos bens.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

5ª. Preço contratual

1. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a 195.000,00 €**, (valor sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6ª. Condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pela Contabilidade, da respetiva factura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a homologação do auto de receção provisória do fornecimento.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Boticas, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º de compromisso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 4, a fatura será paga através de transferência bancária.

7ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária por cada uma das prestações em falta, nos seguintes termos:
 - a. 2 ‰ do valor dos bens em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias de atraso;
 - b. 4 ‰ do valor dos bens em falta, por cada dia de atraso, nos 10 dias de atraso seguintes;
 - c. 8 ‰ do valor dos bens em falta, por cada dia de atraso, nos dias subsequentes aos primeiros 20 dias, sem contudo e na sua totalidade, não poder exceder 20 % do preço contratual;
 - d. Até 5% do preço contratual, pelo incumprimento da obrigação de prestação de serviços de formação;
 - e. Até 5 % do preço contratual, pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

8ª. Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

9ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

10ª. Receção provisória

1. Após a entrega da viatura deverá se proceder à sua vistoria, no prazo máximo de 15 dias úteis, e reconhecendo que o material fornecido está de acordo com as condições exigidas, será elaborado o respectivo auto, o qual depois de aprovado, constituirá auto de receção provisória.
2. Se na vistoria se verificar que o fornecimento ou parte dele não se encontra nas condições estabelecidas, o bem não será recebido, o que deverá constar na realização do auto e o adjudicatário ficará obrigado a proceder, no prazo que lhe for indicado, à devida substituição dos elementos defeituosos e aos trabalhos necessários para eliminar todos os defeitos, e só depois de outra vistoria e verificar que todo o material se encontra nas condições devidas, se procederá à nova receção provisória.
3. Para efeitos da vistoria no n.º 1, o adjudicatário efectuará todos os ensaios e demonstrações compatíveis com as características dos equipamentos que a entidade adjudicante julgar necessário para verificação das características do material fornecido, seu funcionamento, mensurabilidade, segurança e robustez.

11ª.Receção definitiva

1. A receção definitiva ocorrerá findo o prazo de garantia.
2. Caso se verifique que os bens não satisfaçam os requisitos exigidos ou não se apresentem em condições, estes não serão rececionados, procedendo-se desta forma, às devidas alterações, conforme o n.º 2 da cláusula anterior e a legislação em vigor sobre esta matéria.

12ª.Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

13ª. Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

14ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal

Administrativo e Fiscal do Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

16ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

17ª. Referencial técnico, normalizações nacionais ou internacionais

O concorrente deverá cumprir com as características e requisitos técnicos definidos no Anexo I do Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante e todas as normas regulamentares e especificações técnicas aplicáveis em vigor, nomeadamente, o Despacho nº 7316/2016 ANPC em D.R. 2ª serie nº107 03-06-2016 e retificação nº755/2016 de 21-07-2016 e Ficha Técnica n.º 8.1 - Categoria 1 - 8X4.

18ª. Local e condições de entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do Armazém Municipal, no prazo máximo de **120 dias** após a data de celebração do contrato.
2. Com o fornecimento, serão entregues todos os equipamentos, acessórios e ferramentas indispensáveis ao seu bom funcionamento, respectivos certificados, bem como todos os equipamentos e documentação exigidos pelo Código da Estrada e restante legislação completar.
3. O fornecedor obriga-se a fornecer, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, em português e em duplicado, manuais, catálogos, micro-folhas ou CD-ROM das peças, assim como as instruções sobre a operação, manutenção e reparação do veículo completo – chassis, superestrutura e equipamentos, bem como das peças, incluindo também dois exemplares do livro de garantia.
4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade

daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

5. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.
6. O fornecedor obriga-se a proceder à homologação e legalização do veículo e respetiva superestrutura, bem como a transferência da propriedade do chassis para o Município de Boticas, junto das entidades oficiais, nomeadamente o Instituto de Mobilidade dos Transportes Terrestres, e suportar os respetivos custos.
7. O fornecedor obriga-se, ainda, a garantir que o veículo completo reúne todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão no trânsito na via pública sem necessidade de escolta, mantendo uma configuração em marcha, que se situe dentro dos parâmetros permitidos pelo Código da Estrada, no que diz respeito à altura às larguras máximas e às projecções e saliências, bem como peso por eixo.

19ª. Garantia Técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante o bem objeto do contrato, pelo prazo mínimo de dois anos a contar a partir da data de aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 17ª, que se revelem a partir da respectiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. No caso do fornecedor não se responsabilizar quanto aos trabalhos mencionados anteriormente, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de proceder às substituições, reparações e reconstruções necessárias, imputando o respectivo custo ao fornecedor.
4. Não abrangem a garantia, os danos provocados por má utilização ou negligência por parte da entidade adjudicante.

20ª. Formação

O fornecedor obriga-se a proporcionar aos elementos do Município, formação teórica/prática, nas seguintes áreas:

- a) Operação – mínimo de 15 horas de formação;
- b) Manutenção – mínimo de 15 horas de formação.

21ª. Acompanhamento da montagem

O fornecedor facultará ao Município de Boticas, o acompanhamento da montagem dos equipamentos, com a obrigação de comunicar previamente o calendário da montagem dos equipamentos e da pintura a prestar ao Município, assim como toda a informação necessária.

22ª. Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo sábados, domingos e dias feriados.

23ª. Legislação aplicável

Em tudo o omissa na presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto.

Anexo I

Especificações Técnicas

Veículo Apoio Logística Especial (VALE)

Chassis

Peso Bruto mínimo 35T

Potência mínima 500 CV

Tração 8x4

Caixa automatizada

Tomada de força rápida para ligar a bomba de incendio

Cabine simples com cama

Pintura na cor branca

Cabine simples c/ cama cor branca

Caixa Automatizada

Tomada de força rápida p/ ligar bomba incendio

Cor Branco

Sistema de carregamento de baterias alimentado a 220V a.c., que se desliga automaticamente sempre que o motor do veículo é acionado, com sistema de aquecimento de água do circuito de refrigeração do motor do veículo e compressor para enchimento depósitos de ar dos travões

Avisadores e Projetores Especiais

- a) Sirene eletrónica com o mínimo de 100W colocada sob tensão por um interruptor com quatro sinalizadores luminosos azuis tipo strob ou equivalente de leds, na parte superior, visíveis num ângulo de 360.º e altifalante exterior, a ativar pelo condutor e/ou pelo chefe da equipa
- b) Dois sinalizadores luminosos, da marcha de urgência, azuis, intermitentes (tipo *STROB*), ou equivalente colocados na parte da frente do veículo, preferencialmente junto aos faróis, sendo eficientemente protegidos contra choques e instalados sem perfuração da cabina;
- c) Dois sinalizadores luminosos, de marcha de urgência, azuis, intermitentes, (tipo *STROB*), ou equivalente colocados na traseira do veículo, visíveis em condições normais a, pelo menos, 100 metros;

- d) Iluminação lateral e à retaguarda LED, direcionada para o solo e com capacidade de iluminação num raio mínimo de 1,5 metro em relação ao limite exterior do veículo;
- e) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, LED montado à frente do lado direito da cabina;
- f) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, LED montado à retaguarda, do lado esquerdo;
- g) Faróis de nevoeiro protegidos c/ grelhas metálicas
- h) LANTERNA LEITURA MAPAS LED FIXA 12 / 24V
- i) Painel de comandos dos equipamento elétrico na cabine
- j) Ligações elétricas e acessórios

Características da Superestrutura

- CHASSIS SUPLEMENTAR em tubo de aço galvanizado, ligado com galvanização por emersão, devidamente pintado, com tratamento anti corrosão, ligado ao chassis da viatura através de apoios borracha e sinoblocos
- TANQUE em aço inox 316 L de 5mm espessura no fundo e 3mm espessura nos restantes elementos, capacidade de 17000 lit devidamente compartimentado
- 1 entrada de homem com tampa de abertura rápida
- 2 enchimentos laterais storz B ou equivalente c/ valvula de retenção
- Dispositivo de evacuação água tubo ladrão diam. 90mm,
- Ligação do tanque à bomba diam. 125mm, com filtro e válvula manual de corte, sistema anti-vortice colocado na saída do tanque para a bomba, ligação flexível do tanque à bomba, nível de água em tubo acrílico e electrónico no painel de comandos da bomba, válvula de esvaziamento total do tanque, 4 argolas para suspender o tanque
- 1 Caixa retangular em alumínio na parte superior, para arrumação de material.

Bomba Serviço Incêndios

- 1 BOMBA de baixa pressão tipo GODIVA PRIMA P1A-4010 c/ debito de 4000 lpm @ 10bar, ou equivalente certificada EN 1028-1,2 c/ sistema autoferrante, filtro em aço inox, admissão exterior, 2 saídas storz B, 2 saídas DN45 storz C ou equivalente com tampa cega, 1 ligação DN25 para enchimento do tanque
- Veios de transmissão p/ ligação á PTO

Painel Controlo Bomba

- a) Conta -rotações do motor;
- b) Acelerador;
- c) Comando de paragem de emergência do motor;

- d) Manómetro indicador da temperatura do motor;
- e) Manómetro indicador de pressão de óleo do motor;
- f) Contador de horas total e parcial de funcionamento da bomba;
- g) Manómetro de baixa pressão ligado à bomba;
- h) Vacuómetro ligado à admissão da bomba;
- j) Dispositivo complementar de arrefecimento do motor;
- k) Iluminação do painel de controlo, com interruptor.

- MONITOR FIXO montado sobre o tanque, em liga leve de alumínio, rotação horizontal 360°, rotação vertical de -45° a +90°, ópera com água e espuma caudal regulável 800, 1200, 1600 e 3000Lt/minuto a 10 bar.

Tubagem Hidráulica

As uniões a utilizar nas tubagens são do tipo Storz, ou equivalente estampado e maquinado de alumínio.

Cofres

- Cofres instalados lateralmente e independentes executados em tubo de aço galvanizado revestidos a chapa alumínio anti-derrapante e lisa de 3mm e 4mm de espessura, sendo 2 laterais e 1 traseiro fechados por persianas
- PERSIANAS em alumínio anodizado com enrolamento compensado e barra antipanico com fecho e chave
- ILUMINAÇÃO DOS COFRES efectuada com a instalação de barras de LEDS que acendem automaticamente com a abertura
- Escada rebatível que permite o acesso à parte superior do tanque.
- Guincho manual p/ pneu suplente
- Estante para arrumação vertical dos lanços de mangueira separados entre si por divisórias PVC,
- Prateleiras em inox fixas
- Aro superior em alumínio
- Suportes em inox para fixação de equipamento
- Pintura do carroçamento cor branco
- Inscrições e decoração

Equipamentos Mínimos

Equipamento de Extinção

- a) Agulhetas para baixa pressão, com punho e válvula de abertura e fecho, para utilização com regularizador de caudal em jacto/chuveiro, posição de auto limpeza, equipada com destorcedor, certificadas EN 15182 -1,2,3,4:
 - 2 AGULHETA 50-210LPM STORZ D ou equivalente

- 2 AGULHETA BLUEDEVIL 3012 RYL L 180° 115-465 LPM STORZ C 2,00 ou equivalente
- b) Lanços de mangueira flexível, com uniões Storz ou equivalente em liga leve, proteção exterior, suportando uma pressão máxima de trabalho superior a 16 bar e pressão de rotura mínima 50 bar
- 8 MANGUEIRAS DIAM. 25MM 20M C/ STORZ ou equivalente
- 8 MANGUEIRAS DIAM. 38MM 20M C/ STORZ ou equivalente
- 6 MANGUEIRAS DIAM. 70MM 20M C/ STORZ ou equivalente
- c) Quatro Corpos chupadores de 2 metros cada, destinados à bomba principal de serviço de incêndios, com uniões Storz ou equivalente certificados conforme EN ISO 14557;
- d) 2 DISJUNTOR E70 S45X45 C/ VALVULA
- e) 4 REDUCAO STORZ 75-50 B-C ou equivalente
- f) 2 ADAPTADOR STORZ C X 50 FEMEA ROSCA BOMBEIRO ou equivalente
- g) 2 ADAPTADOR STORZ B X 70 MACHO ROSCA BOMBEIRO ou equivalente
- h) 4 ESTANCADOR AWG C-52
- i) 4 ESTANCADOR AWG B-75

Equipamento de Iluminação, Sinalização e Elétrico

- a) 4 CONE SINALIZACAO COM 50CM
- b) 2 LANTERNA LED ANTIDFLAG. PORTATIL COM CARREGADOR IP 67 12/24 volts c.c,
- c) LANTERNA/GAMBIARRA MANUAL FLUORESCENTE 11W 24V

Equipamento Sapador

- a) 1 ALAVANCA ARRANCA PREGOS
- b) 2 ANCINHO MACLEOD R.595 C/ CABO 1300MM, ou equivalente
- c) 2 PA BICO BOMBEIRO C/ CABO 1100MM

Material Diverso

- a) 2 CHAVE UNIVERSAL MARCO AGUA/BOCA INCENDIO
- b) 2 CHAVE UNIAO STORZ ABC ou equivalente
- c) 2 CHAVE TIPO CRUZETA (PORTINHOLA)
- e) 1 MOTOBOMBA HONDA WB30XT C/ STORZ ARRANQUE MANUAL ou equivalente
- f) 1 JERRICAN COMBINADO STANDARD
- g) 1 ESPIA DINAMICA BEAL/TENDOM 9MMX25M C/ 2 MOSQ ACO
- h) 2 EXTINTOR PO QUIMICO ABC 6KG PS 6 GA ou equivalente
- i) 1 ESCADA DUPLA 2X2M (4M) EN1147

Ferramentas Próprias do Veículo e do Equipamento

- a) MALA FERRAMENTA C/:
- 1 jogo chaves bocas Sady 6-32 (12 peças), ou equivalente

- 1 jogo chaves fenda + estrela Sady (7 peças), ou equivalente
- 1 jogo chaves Torx Eklina 10807, ou equivalente
- 1 jogo chaves umbrako Eklina 10509, ou equivalente
- 1 alicate universal Tactix 190mm, ou equivalente
- 1 chave grif cnh 12" = bico papagaio Mundial 225-1"1/2, ou equivalente
- b) Um macaco hidráulico adaptado ao peso bruto do chassis;
- c) 2 CALCO MEDIO
- d) 1 ESTROPO POLYESTER DUPLEX 250MM 6MT 10T
- e) Gancho de reboque de 10 toneladas na retaguarda do veículo;
- f) Mangueira para enchimento/esvaziamento dos pneus com 5 metros, tubo racord e manómetro de pressão;
- g) Equipamentos de socorro e sinalização regulamentares.

Equipamento de Comunicações

Emissores/Recetores Móveis

Equipamentos moveis, homologados, montados na cabine, com extensão do altifalante junto do painel da bomba, com interruptor on/of e dois planos-terra em painel metalico, destinados ás antenas de rádio;

- a) 1 RADIO MOVEL BANDA ALTA (faixa dos 152-173 MHz), com mais de 150 canais c/ antena;
- b) 1 RADIO MOVEL (FIXO) SIRESP com antena com capacidade de receção de sinal GPS.
- c) 2 RADIO PORTATIL VHF (136-174) - 128 CANAIS 2 e carregador veicular;

